

Aprovo.

PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

2500000043_SA_02DCRI2025

Contratação de serviços para conceção, produção e instalação da sinalética
interior do Pavilhão de Portugal

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1. Objeto do Contrato

Contratação de serviços para conceção, produção e instalação da sinalética interior do Pavilhão de Portugal.

2. Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

3. Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Serviços de promoção com a referência interna 79421000-1 Serviços de Gestão de projetos, exceto projetos de construção.

4. Código NUTS

PT170 Área Metropolitana de Lisboa.

5. Local da execução do contrato

Pavilhão de Portugal - Cais Portugêses, 1990-221 Lisboa

6. Prazo da execução do contrato

O contrato tem início no dia útil seguinte à sua assinatura e manter-se-á em vigor até à conclusão integral do projeto. Entende-se por conclusão integral do projeto a produção de todos os materiais, bem como a sua instalação completa no local, em conformidade com o projeto de execução previamente aprovado pela Universidade de Lisboa.

O prazo máximo para a conclusão integral do projeto correspondendo ao somatório do prazo máximo para a conclusão da fase 1 e da fase 2 do projeto.

O contrato a celebrar terá as seguintes fases e prazos parciais:

Fase 1 – Conceção (prazo máximo de 15 dias)

Estudo Prévio:

- Análise inicial de necessidades;
- Levantamento técnico e conceptualização.

Projeto de Execução:

- Desenvolvimento detalhado do projeto técnico, com entrega de mockups, maquetes e desenhos técnicos.

Fase 2 – Produção e instalação

Produção:

- Testes de qualidade e validação de protótipos pela entidade adjudicante;
- Fabrico e personalização dos materiais de sinalética.

Instalação:

- Transporte;
- Instalação no local de todos os materiais relativos ao Centro de Exposições (incluindo sinalética direcional) e sinalização das instalações sanitárias, escadas e elevadores de todo o edifício até ao dia 25 de março de 2025;
- Instalação no local dos demais materiais até 24 de abril de 2025.
- Ajustes finais.

A fase 1 do projeto terá início com o início do contrato. No âmbito da fase 1, o prazo para a realização do projeto de execução tem início com a conclusão e aceitação pela entidade adjudicante do estudo prévio.

A fase 2 tem início com a conclusão e aceitação dos documentos produzidos no âmbito da fase 1, nomeadamente, o estudo prévio e o projeto de execução. No âmbito da fase 2, o prazo para a instalação só terá início com a conclusão e aceitação dos testes de qualidade e validação dos protótipos pela entidade adjudicante.

7. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Universidade de Lisboa, situada em Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa, com os números de telefone 210113400 e de fax 210113402 e com o endereço eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt

8. Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Administrador dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, Ricardo Miguel Carreira Geraldes, no uso de competência delegada, ao abrigo do Despacho n.º 11741/2022, de 6 de outubro (cf. ponto n.º 3.3.).

9. Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Não

10. Previsão de renovações

Não

11. Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

12. Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos

13. Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

Nos termos das regras gerais da escolha do procedimento de formação dos contratos públicos, previstas nos artigos 18.º e 20.º, e atendendo ao valor máximo do contrato a celebrar é adequado para a formação do contrato o procedimento por Consulta Prévia, previsto na alínea b) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 16.º, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, e ainda de acordo com os artigos 112.º e seguintes todos do CCP.

14. Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

Não.

15. O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não.

16. Preço Base

O preço base fixado será de 74.900,00 € (setenta e quatro mil e novecentos euros).

17. Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I;
- - Proposta com a indicação do preço global para realização integral do projeto e com o preço para a realização da Fase 1 e da Fase 2 do projeto, arredondado a duas casas decimais e em euros;
- Cronograma da execução de todas as fases do projeto;
- Declaração emitida pelas entidades adjudicantes ou contratos celebrados referentes a projetos concluídos nos últimos 5 anos;
- Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
- Quando, não seja possível, através do Certificado Digital Qualificado determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no Certificado deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente;
- Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

18. Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis devem ser redigidos em português.

19. Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:
 - a) Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

2. Em caso de empate das propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- 1.º Experiência prévia em projetos similares nos últimos 5 anos;
- 2.º Prazo de execução: menor prazo global de produção e instalação.

20. Negociação

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

21. Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
- Comprovativo da inscrição no RCBE;
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP (Formato PDF);
- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º;
- Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;
- Certificado do Registo Criminal da empresa;
- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º;
- Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;
- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55;
- Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.

22. Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

23. Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

24. Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 9 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 23 horas e 59 minutos.

25. Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

26. Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

27. Pedidos de esclarecimentos

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, o órgão competente para a Decisão de Contratar, delegou no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

28. Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

29. Visita técnica

Por força das especificidades inerentes ao espaço onde será instalada a sinalética, é recomendada a realização de uma visita técnica ao local, com o objetivo de permitir aos interessados uma avaliação precisa das condições existentes e assegurar o pleno conhecimento das exigências técnicas do projeto.

A visita técnica será realizada numa única data e horário, previamente definidos e comunicados através da plataforma eletrónica utilizada para a tramitação do procedimento. Apesar de recomendada, a participação na visita técnica não constitui requisito obrigatório para a formulação e apresentação de propostas, ficando os interessados responsáveis por garantir que as suas propostas consideram todas as condições do local de instalação.